

O (des)envolvimento dos territórios camponeses em brejos de altitude, Gravatá, Pernambuco

Izabela Cristina Gomes da Silva¹

Alexandra Maria de Oliveira²

Resumo

A implementação do plano político desenvolvimentista não é conveniente para a realidade dos camponeses latino-americanos. O trabalho tem como objetivo abordar criticamente o desenvolvimento enquanto modelo universal, pontuando suas consequências para os territórios camponeses, como também assinalar o papel político e epistemológico exercido pela Agroecologia no processo de desmercantilização da agricultura na América Latina. A pesquisa, de base qualitativa, se constituiu de levantamento de dados, análise documental e trabalho de campo em territórios camponeses localizados no município de Gravatá, Pernambuco. A Agroecologia surge como movimento social de resistência à lógica desenvolvimentista, a partir da negação da dicotomia sociedade-natureza defendida pela modernidade ocidental.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Agroecologia; Territórios camponeses; Soberania alimentar.

The (des)involvement in campones territories in brejos de altitude, Gravatá, Pernambuco

Abstract

The implementation of the developmentalist political plan is not convenient for the reality of the peasants Latin Americans. The objective of this work is to critically analyze development as a universal model, punctuating its consequences for the peasants territories, as well as to punctuate the political and epistemological role exerted by Agroecology in the process of don't market of agriculture in Latin America. The qualitative research consisted of data collection, document analysis and fieldwork in peasants territories located in the municipality of Gravatá, Pernambuco. The Agroecology emerges as a social movement of resistance to developmental logic, based on the denial of the dichotomy between society and nature defended by Western modernity.

Keywords: Development; Agroecology; Peasants Territories; Food Sovereignty.

Submetido em 23.11.2017. Aprovado em 14.07.2018

1. Introdução

Com base na ideia de que o estado brasileiro tem patrocinado o capital ao propor um desenvolvimento territorial para a expansão do agronegócio, pode-se afirmar que a

¹ Doutoranda em Geografia, Universidade Federal do Ceará (UFC) e Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato (LEPEC); E-mail: izabela.cristinagomes@gmail.com

² Doutora, Profa. do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC, E-mail: alexandra.oliveira@ufc.br

implementação do plano político desenvolvimentista capitalista não é congruente com a realidade do campesinato. De uma maneira geral, as estratégias do estado fundamentadas na revolução verde priorizam a disseminação do agronegócio nos territórios camponeses latino-americanos.

No presente artigo, temos como referência empírica a mesorregião Agreste Central, localizada no estado de Pernambuco, onde há o processo de resistência do campesinato, materializada pelas experiências agroecológicas nas comunidades rurais São Severino, Várzea Grande e Perseverança, localizadas no município de Gravatá.

Nesse contexto, faz-se necessária a crítica ao desenvolvimento capitalista como modelo universal assumido pelos projetos ocidentais globais universalizadores. Temos como objetivo abordar criticamente o hegemônico desenvolvimento capitalista, que é realizado sob o respaldo do grande capital internacional e moldado pelos valores da livre iniciativa, da competição e do individualismo. Pontuando suas consequências para os territórios camponeses, assim como apontar o papel político e epistemológico exercido pela Agroecologia, proposta pelos camponeses e suas representações sociais, no processo de desmercantilização da agricultura na América Latina.

Utilizamos uma metodologia de base qualitativa, abordada como pesquisa participante na perspectiva de Brandão e Borges (2007), contendo entrevistas semi-estruturadas, análise documental, coleta de dados primários em instituições de pesquisa e levantamento bibliográfico.

Kusch (1963) aponta que o pensamento não se origina em nenhuma cultura particular, buscando fugir da ideia de local geográfico e epistemológico detentor do conhecimento (Europa, universidade). A partir dessa perspectiva, destacamos a importância de refletirmos com um lócus de enunciação próprio, que nos permita assimilar as múltiplas cosmologias, sabedorias e práticas dos povos tradicionais camponeses.

Tais saberes-fazerem não convergem para a dicotomia sociedade-natureza, partindo do princípio de que os seres humanos são parte da natureza. Sob a ótica da Geografia, utilizando Haesbaert (2006), Smith (1988) e Porto-Gonçalves (2004 e 2006), torna-se latente compreendermos como esses conhecimentos se materializam nos territórios da América Latina, frente a disseminação do desenvolvimento capitalista no campo enquanto projeto universal civilizatório.

Contudo, devido a processos de resistências e criatividade, vários modos de vida se mantêm nos mais diversos territórios camponeses no Brasil. Exemplo disso são as experiências agroecológicas desenvolvidas pelos camponeses da Associação de Produtores Orgânicos Terra Fértil no Estado de Pernambuco, que concebem a agricultura como uma forma de articulação entre o sistema sociocultural local latino-americano e a manutenção dos bens e da diversidade naturais locais da América Latina.

Nesse contexto destacamos a importância da abordagem latino-americana para refletirmos sobre os processos de expropriação camponesa gerados pelo desenvolvimento capitalista, assim como as resistências frente esse modelo espoliador. Pois tanto o desenvolvimento quanto as resistências são fenômenos, que ocorrem a nível internacional. O primeiro materializa-se enquanto estratégia geopolítica dos estados-nações, já a segunda se estabelece a partir das redes de articulação, das lutas por território e do diálogo de saberes.

Pode-se dizer, então, que o território camponês é uma unidade espacial, mas também é o desdobramento dessa unidade, caracterizada pelo modo de uso desse espaço que chamamos de território, por causa de uma questão essencial que é a razão de sua existência. A unidade espacial se transforma em território camponês quando compreendemos que a relação social que constrói esse espaço é o trabalho familiar, associativo, comunitário, cooperativo, para o qual a reprodução da família e da comunidade é fundamental. A prática dessa relação social assegura a existência do território camponês, que, por sua vez, promove a reprodução dessa relação social. Essas relações sociais e seus territórios são construídos e produzidos, mediante a resistência, por uma infinidade de culturas camponesas em todo o mundo, num processo de enfrentamento permanente com as relações capitalistas (FERNANDES, 2012, p. 747).

Nos territórios camponeses acontece a produção de alimentos relacionada às formas de manejar a terra em consonância com a natureza e à ética camponesa, que rege a organização social-econômica dos territórios camponeses. A valorização dos saberes tradicionais das famílias, assim como de suas histórias/memórias, constituem papel fundamental para o auto-reconhecimento dos povos camponeses enquanto sujeitos que produzem territórios de resistência.

Esta se dá pela manutenção de seus modos de vida, por processos de luta pela terra, pela manutenção em seus territórios, pela busca por mais autonomia e por soberania alimentar. Ressaltamos aqui a importância da existência de estudos na Agroecologia que abordem os territórios, pelo sua relevância enquanto categoria de análise associada às relações de poder e identitárias entre os sujeitos e os territórios aos quais estão vinculados.

2. O movimento agroecológico como caminho para o envolvimento nos territórios camponeses: Brejos de Altitude, Agreste (PE)

Desde 2003, o Estado brasileiro vem demonstrando um maior interesse em categorias como desenvolvimento territorial rural, sustentabilidade, agroecologia e agricultura camponesa. Segundo Lima (2015), no Brasil, as políticas públicas possuem duas principais funções: a) concretizar direitos conquistados pela sociedade e incorporá-los às leis; b) alocar e distribuir bens públicos. A autora citada sinaliza a ligação entre o surgimento de políticas públicas voltadas para a população mais pobre e os processos de lutas sociais

em busca de direitos, pois, no Brasil, nem todos possuem seus direitos garantidos constitucionalmente ou podem usufruí-los, condição que exige a mobilização social para assegurá-los.

Porém convivemos na América Latina com o modelo agrícola industrial, que objetiva homogeneizar os regimes alimentares (MCMICHEL, 2016 *apud* COCA, 2016, p. 17), reduzir geneticamente as culturas que contaminam a natureza com os agrotóxicos, além de não valorizar a manutenção dos modos de vida camponeses, seus saberes e sua criatividade.

No capitalismo, os âmbitos econômico, político, sociocultural e ambiental se fundem com a disseminação de um modelo hegemônico universal. Para essa lógica, o alimento faz parte da geopolítica internacional, transformando-se em *commodities*, que fomentam as relações comerciais coloniais persistentes entre os países latino-americanos (ex-colônias de exploração/periferias) e os países chamados desenvolvidos (centros).

O terceiro regime alimentar começou em meados da década de 1980 e perdura até a atualidade. Nessa fase, destaca-se a hegemonia das grandes corporações na condução dos sistemas alimentares, especialmente as que compõem o setor varejista. Isso se dá, principalmente, pelo estímulo ao livre mercado por meio de mecanismos multilaterais, como é o caso da Organização Mundial do Comércio (OMC) (COCA, 2016, p. 20).

Todavia, atualmente, esse vínculo comercial/colonial adquire a outra roupagem, utilizando-se de corporações transnacionais para materializar o mesmo objetivo advindo das nações "desenvolvidas", que é manter as relações de dominação. Essa sustentação ocorre via estabelecimento de uma agricultura dependente dos insumos industriais exógenos, não compatíveis com os territórios camponeses latino-americanos, tampouco com a busca pela soberania alimentar e pela erradicação da fome.

Desde o Fórum Mundial de Soberania Alimentar, que ocorreu em Havana, Cuba, no ano de 2001, o conceito de soberania alimentar passou a ser um princípio político dos movimentos sociais, tornando-se pauta de associação e adesão de diversos sujeitos sociais e redes. "Com a disseminação da ideia questões como reforma agrária, reforma urbana, questão de gênero, étnicas, raciais e culturais são incorporadas à luta por soberania alimentar" (JALIL, 2009, p. 49). A soberania alimentar questiona a inércia na produção de alimentos, colocando os povos como produtores/fornecedores. Relacionada às pautas da igualdade social, da distribuição de terra/renda e da alimentação saudável condizente com as condições de faixa etária e regionais/locais.

Nessa atmosfera, o governo brasileiro lançou a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), com a edição do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, em que foram estabelecidos os instrumentos, as diretrizes e as instâncias de apoio ao setor. Foi um importante passo para a ampliação e a efetivação de ações de promoção do

desenvolvimento rural sustentável, impulsionado pelas crescentes preocupações das organizações sociais do campo e da floresta, e da sociedade em geral, a respeito da necessidade de se produzirem alimentos saudáveis sem deixar de conservar a natureza. Um dos principais instrumentos dessa política é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), que está inserido no Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2013-2015 (CIAPO, 2013).

O primeiro ciclo do Plano, que abrangeu o período de 2013 a 2015, resultou em ações públicas que envolveram a destinação de mais de R\$ 2,9 bilhões (BRASIL, 2012). Além de ter incentivado a articulação entre agentes públicos e privados em torno da agroecologia, o Planapo contribuiu para a incorporação do tema em processos de planejamento e implementação de políticas públicas locais. Em um processo de continuidade e aperfeiçoamento, foi lançado o segundo ciclo do Planapo (2016-2019), por meio da Portaria Interministerial nº 1, de 3 de maio de 2016, a partir das mesmas bases de ampla participação da sociedade civil.

Um dos problemas do Planapo está relacionado à homogeneização de dois tipos distintos de agricultura: agroecológica e orgânica. Pois as produções orgânicas nem sempre são agroecológicas e vice-versa, um grande diferencial entre esses dois tipos é que a agricultura orgânica pode ser desenvolvida em latifúndios.

Na Inglaterra surge a corrente denominada *Organic Agriculture*, que mais tarde se dissemina pelos Estados Unidos com o mesmo nome. Sua figura central foi o agrônomo Albert Howard, com extensa experiência na Índia, então colônia britânica. Howard observava que a adubação química produzia excelentes resultados nos primeiros anos, mas depois os rendimentos caíam drasticamente, enquanto os métodos tradicionais dos camponeses indianos resultavam em rendimentos menores, mas constantes. O fertilizante básico dos indianos era preparado misturando-se excrementos animais com restos de culturas, cinzas, ervas daninhas, o que resultava num *compost manure* (esterco composto), de onde se originou o termo “composto”, hoje corrente (KHATOUNIAN, 2001, p. 26).

Segundo Khatounian (2001), a escola orgânica inglesa se fundamenta no âmbito da agricultura e dos recursos naturais, não se ligando a nenhuma concepção de caráter filosófico-religioso. Devido ao fato de também ser aplicada em territórios onde há concentração de terra e exploração do trabalho alheio, a agricultura orgânica pode ser praticada visando atingir uma tendência de mercado. Outro ponto importante que distingue a agricultura orgânica da agroecológica, é que suas práticas são designadas desde 1972 pela International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM), além das legislações específicas dos países, objetivando estabelecer padrões de qualidade para os alimentos/produtos.

Todavia não podemos menosprezar seus benefícios com relação à diminuição da contaminação dos solos, das águas (superficiais e subterrâneas), do ar, da fauna, da flora e

dos seres humanos pela não utilização dos agrotóxicos. Nesse mesmo âmbito com relação à natureza é agregada a questão das desigualdades sociais, que impulsionou o movimento agroecológico no mundo.

O pensamento agroecológico recebeu influência das ciências agrícolas (através das interações ecologia/agronomia/sociologia), de diferentes abordagens metodológicas para as análises agroecológicas dentro das ciências agrárias, do ambientalismo como contribuinte intelectual, da ecologia, dos sistemas de produção indígenas e camponeses, dos trabalhos antropológicos e de geógrafos e dos estudos de desenvolvimento rural por meio das análises dos impactos sociais da tecnologia, dos efeitos perniciosos da expansão do mercado de commodities, das implicações nas mudanças das relações sociais, das transformações nas estruturas de posse da terra e da crescente dificuldade de acesso aos recursos comuns pelas populações locais (HECHT, 2002, p. 26).

A contribuição da Agroecologia vai além da questão técnica de produção na agricultura, uma vez que provoca reflexões fundamentais para a transformação da Ciência e das formas de manejar a natureza. Assim como destaca os problemas socioambientais advindos da utilização dos agrotóxicos e sementes transgênicas, além de pontuar a importância da manutenção dos modos de vida tradicionais (indígena, camponês, pesca artesanal). Porém com o desencadeamento da Revolução Verde nos países latino-americanos, a proposta oferecida aos camponeses pelos estados é integraram-se e/ou subordinaram-se a esse modelo, que prioriza o agronegócio visando o desenvolvimento.

Então alguns autores que se debruçaram sobre o estudo da Agroecologia, como Petersen e Almeida (2004), Cardoso (2015), e também nos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs), promovidos pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), vêm discutindo a Agroecologia a partir de três âmbitos, a saber: ciência, prática e movimento social. Na Carta Política do II ENA, realizado na cidade do Recife, foi admitida a importância do movimento agroecológico:

Nós, participantes do II ENA, assumimos o compromisso de continuar apoiando e participando da construção de um movimento agroecológico com igualdade de gênero, opondo-nos também a todas as formas de manifestação de violência contra as mulheres (ANA, 2006, p. 2).

No fragmento dessa carta política, verificamos a vigência de um movimento agroecológico, em que os participantes do II ENA fizeram questão de explicitar a continuidade de seu apoio e sua participação. Nesse contexto, correlacionamos a ideia de movimento agroecológico abordada no II ENA com as ideias de Petersen e Almeida (2004). Para os autores, a Agroecologia é um movimento de expressão nacional e se organiza em redes, apesar de não configurar-se como um movimento institucionalizado.

As redes ocorrem a partir de articulações entre camponeses, assistentes técnicos, agrônomos, representantes de ONGs e de instituições governamentais, entre outros atores. Destacamos que, com essas articulações, são geradas trocas de conhecimento entre os

mais diversos sujeitos sociais, objetivando disseminar e fortalecer as experiências agroecológicas numa escala nacional.

Nesse contexto, ao relacionarmos o Planapo com o movimento agroecológico, percebemos uma grande fragilidade do primeiro, que advém do não questionamento da estrutura agrária concentrada brasileira. Isso porque, muitas vezes, os próprios camponeses encontram-se em situação de insegurança alimentar devido a dívidas, falta de acesso ao crédito consistente com sua realidade, queda de preços dos alimentos, conflitos por terra, entre outros motivos.

Esse ponto é relevante porque, devido à manutenção dos latifúndios e à expansão do agronegócio, a insegurança alimentar tornou-se integrante das famílias camponesas. “Não estranhemos que a insegurança alimentar mantenha fortes relações com um sistema agrário/agrícola que visa a mercantilização generalizada” (Porto-Gonçalves, 2004, p. 6).

Contudo fica claro como a modernização conservadora da agricultura, vinculada ao projeto desenvolvimentista brasileiro, veio para atender às necessidades de multinacionais como a CARGILL, a SYNGENTA e a MONSANTO, entre outras. Afinal, as indústrias produtoras de máquinas, fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes transgênicas são multinacionais que necessitam de consumidores em escala internacional para se manterem no mercado. Portanto a utilização dos pacotes tecnológicos não favorece a autonomia do campesinato, já que aprisiona o manejo da terra ao consumo de produtos advindos do setor industrial e aumenta a instabilidade no campo.

Outra questão a ser ressaltada com relação ao Planapo é a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), pelo governo do Presidente Michel Temer (2016-atual), fato que dificulta a materialização dessa política pública nos territórios camponeses, pois esse era um ministério voltado para as questões da agricultura camponesa. Todavia o Planapo acaba sendo medida paliativa frente ao avanço do agronegócio no campo brasileiro, baseado na implementação do desenvolvimento capitalista.

Nessa perspectiva Chechi (2017) pontua que, o Estado apesar de sua relativa abertura para dialogar com a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) na construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, todavia se concretizou enquanto espaço de legitimação de uma única concepção de desenvolvimento. A relação entre a ANA, o movimento agroecológico e o estado nacional se deu de forma dualística devido a possíveis conflitos com outros grupos políticos, como a União Democrática Ruralista (UDR), que continuam exercendo seu poder sobre a regulamentação de políticas públicas no Brasil. Sendo assim o desenvolvimento capitalista hegemônico não é posto em questão, dificultando assim a autonomia para os povos camponeses por não priorizarem as pautas (reforma agrária, extinção dos agrotóxicos e dos transgênicos, soberania alimentar) elencadas pelo movimento agroecológico.

Dussel (1994), contudo, sinaliza o vínculo entre desenvolvimento e eurocentrismo, destacando a posição ontológica na qual o desenvolvimento seguido na Europa deve ser colocado em prática por todas as outras culturas. Essa questão nos leva a refletir sobre o ocultamento das estratégias e dos saberes colocados em prática pelos povos originários "americanos", associado à sobreposição dos saberes europeus embasados na razão moderno-colonial.

O desenvolvimento latino-americano ressaltou a cidade enquanto símbolo da modernidade, da independência e da república. No processo de constituição do espaço urbano, foi necessário manter os laços com a oligarquia patronal, que fomentava a existência e o crescimento dos núcleos urbanos. "No coronelismo, executivo, legislativo e judiciário estavam organizados formalmente, segundo as leis do Estado, mas na verdade procediam do mesmo poder de origem privada" (BARTELT, 2009, p. 261).

Logo, a ação política para a organização do território foi fundamentada para manter os latifúndios, disseminar a vida e a ideologia urbana, contrapondo-as ao campo, que era símbolo do arcaico, da colônia e do império. Já a lógica desenvolvimentista contemporânea utiliza-se desses mesmos pilares, propondo a modernização do campo, a expansão das fronteiras agrícolas e do agronegócio, além de manter os latifúndios.

De um modo geral, as teorias desenvolvimentistas, quer sejam (neo)liberais ou marxistas, inspiram-se nas sociedades ocidentais para propor modelos para o conjunto do mundo. Dentro deste modo de desenvolvimento, descrito como "moderno" ou "avançado" pela literatura, a diversidade e a diferenciação das formas de produção são consideradas como empecilhos ao desenvolvimento no eixo tradição à modernidade (ALMEIDA, 2009, p. 36).

Para a autora, as teorias desenvolvimentistas baseiam-se na homogeneização das paisagens, dos modos de produção e dos modos de vida, não respeitando a diversidade e as particularidades dos mais diversos territórios latino-americanos nos quais estão sendo implantados. Os estados latino-americanos que seguem as políticas neoliberais, como o Brasil, Argentina e a Colômbia, juntamente com as agroindústrias objetivam adequar a natureza de acordo com a lógica do desenvolvimento capitalista. Não considerando as condições sócio-políticas, econômicas e naturais preexistentes dos territórios.

O estabelecimento dos Estados nacionais, pós-colonialismo, estruturou um sistema econômico liberal baseado num projeto de modernização da nação e das relações dos povos tradicionais étnicos, orientado para a livre concorrência e competência econômica dos povos, sem considerar aspectos da cultura étnica. A modernização e o progresso orientaram os debates nas Ciências Sociais do século XX, inclusive acreditava-se que o modelo de desenvolvimento capitalista romperia com o modo de vida tradicional. Desde a década de 1980, as evidências de que o modelo de desenvolvimento importado do Norte não atendia às demandas dos povos do Sul se tornaram mais claras (MENDES, 2017, p. 172-173).

Nesse âmbito desde a disseminação do projeto desenvolvimentista, que ganhou força após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, foram concretizadas políticas de desenvolvimento, como a modernização da agricultura. Estas se vinculam ao objetivo de disseminar o modelo primário exportador neocolonial na América Latina.

Contudo para que esse projeto fosse executado com sucesso era necessário estabelecer um estado-nação homogêneo e não fragmentado. Então partindo dessa premissa foram desconsiderados os territórios de diversos povos (indígenas, camponeses, comunidades tradicionais, pescadores artesanais) para o estabelecimento do estado nacional, que estava articulado com o modelo sociopolítico/econômico hegemônico.

Segundo Escobar (1998) o desenvolvimento vai se consolidando como discurso desde que nos anos 1940 e 1950 se configura um leque de "certezas" que, na raiz, se mantêm até hoje. Entre elas: a confiança no papel da modernização para destruir as superstições e relações arcaicas, a industrialização como via segura para essa modernização e o desenvolvimento material garantindo o progresso social, cultural e político.

Logo a subalternidade dos saberes-fazer latino-americanos é posta frente o símbolo da modernidade estabelecido pelo modo de produção capitalista. Essa modernidade mistura-se com a revolução tecnológico-industrial enquanto *status quo* para continuar sua reprodução nos mais diversos territórios. Vale ressaltar que para Escobar (1998) no discurso desenvolvimentista o bem estar sócio-político e cultural, depende da prosperidade econômica a nível internacional.

Porto-Gonçalves (2006) ressalta as questões ideológicas que envolvem a aceleração da lógica capitalista no campo em países como o Brasil. Em nome do desenvolvimento, os agroecossistemas foram transformados ou destruídos e as culturas manejadas tradicionalmente foram substituídas por culturas que fizessem parte de uma dieta alimentar universal, além da erosão genética de várias espécies.

O desenvolvimento é um esplêndido negócio para as empresas fornecedoras dos bens e serviços articulados nas políticas de desenvolvimento, para as instituições financeiras que gerenciam os fundos e as dívidas de que os programas de desenvolvimento precisam e geram, para os institutos de pesquisa e universidades que são contratadas para realizar estudos, para as ONG's que, cada vez mais, são parceiras nos programas de desenvolvimento, para as instituições internacionais (Banco Mundial, ONU, etc.), que apresentam o desenvolvimento como uma ajuda altruísta, para os governos dos países destinatários dos recursos, que dispõem de liquidez para executar suas políticas sem responsabilizar-se pela dívida que vai aumentando (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 27).

Para Montenegro Gómez (2006) o desenvolvimento oferecido à América Latina é um empreendimento, que gera lucro para a classe hegemônica enquanto mantém a maioria da população em situações de pobreza, com escassez de alimentos e de infraestrutura básica.

Além da exiguidade de uma educação pública contextualizada com realidade de cada povo. Propiciando assim a fluidez para a articulação do capital sobre os territórios latino-americanos.

Então durante o desencadeamento do projeto ocidental desenvolvimentista no Brasil foram tomadas medidas como: a flexibilização da economia, privatização de empresas estatais, menores investimentos em políticas assistencialistas com relação aos investimentos para o agronegócio, além da abertura ao capital externo associada à retração dos direitos trabalhistas. Tais deliberações fazem parte do ordenamento territorial para o desenvolvimento capitalista na América Latina.

Segundo Brito (2016), esse cenário aprofunda a inserção dependente do Brasil na economia global, como importador de produtos industrializados e fornecedor de matérias-primas, perpetuando a dependência tecnológica e fragilizando a economia nacional, quanto às adversidades de uma conjuntura de acumulação flexível.

A saída para “fechar a conta” foi a **reprimarização da economia**. O decréscimo vertiginoso de todos os setores de investimento estratégico e a expansão galopante do agronegócio pelo cerrado, sobretudo de soja, agora acompanhado pela mineração, foi resultado desse processo. A inserção de tecnologia na produção agrícola e de uma lógica gerencial/produtivista para esse setor passaram a ser incentivadas pelo Estado e o arranjo das políticas de infraestrutura passaram a ser pensadas para atender essa lógica de desenvolvimento (BRITO, 2016, p. 67. Grifo do autor).

Para o autor “fechar a conta” é referente à tentativa de superar o déficit na balança comercial brasileira, revelado na economia do país com o fim da Ditadura Militar. Cabe ressaltarmos, que a estratégia de reprimarização da economia está intrinsecamente interligada ao ordenamento territorial do Brasil em prol do agronegócio, dos latifúndios e das empresas multinacionais de agrotóxicos, fertilizantes químicos e sementes transgênicas. Nesse contexto ao tratarmos de desenvolvimento capitalista, assim como de agricultura agroindustrial baseada na revolução verde, cabe pensar o território como concepção inerente à estratégia de implantação do projeto desenvolvimentista, desde o denominado período populista (1945-1964) até o neoliberalismo pós anos 90 do século XX.

Assim o território foi categoria central nas pesquisas desenvolvidas por estudiosos da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL). Sendo utilizado pelo Estado, em políticas de ordenamento territorial que acarretariam no desenvolvimento regional, a partir de atuação de órgãos como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959.

Um exemplo desses estudos, segundo Delgado (2005) é o Plano Trienal (1963-1965) coordenado por Celso Furtado, vinculado à visão desenvolvimentista-funcionalista cepalina. Esse plano diagnosticou atraso no desempenho da agricultura, comparativamente à indústria. Logo, com o golpe militar de 1964, partindo desse diagnóstico, é instaurada a

modernização técnica da agricultura sem reforma agrária. Assim as teses cepalinas legitimaram a ação do estado para expandir o capital no campo brasileiro, que era visto como atrasado e precisava modernizar-se.

Portanto, as políticas disseminadas pelo estado brasileiro, pautadas na implementação de um modelo universalizante, ajudaram na manutenção da estrutura agrária. "Atualmente esse arranjo conservador se apoia no poder econômico do agronegócio. Conta também com uma forte representação política – a bancada ruralista [...]" (DELGADO, 2005, p. 83).

O autor ressalta a relação intrínseca entre a oligarquia patronal e as estratégias políticas para a expansão do desenvolvimento capitalista sobre o território brasileiro. Nesse contexto, fica claro o objetivo estatal de construir uma sociedade condizente com um modelo externo homogeneizante e opressor, que não dialoga com os múltiplos modos de vida existentes, nem reconhece os territórios dos povos tradicionais camponeses, dos quilombolas e dos indígenas, entre outros povos.

Em uma América criada enquanto projeção do Ocidente, buscou-se implementar o modo de vida da sociedade moderna (Estado nacional, Democracia, Capitalismo). "Era natural que en las aspiraciones de libertad política, a la manera de la Revolución Francesa, entrara la creación de una nación, como si ello dependiera de la simple voluntad de unos individuos" (KUSCH, 1963, p. 136).

Assim, a identidade nacional nas Américas surge a partir do que é exterior ao território, pois fundamenta-se em ideologias advindas da Europa Ocidental. Muitos desejos, lutas, saberes-fazerem foram marginalizados e/ou ocultados pela aspiração de uma sociedade "moderna" e "desenvolvida".

Nos países latino-americanos com maioria indígena, negra e mestiça, como é o caso do Brasil, a implementação do estado nacional moderno democrático trouxe consigo a ideologia burguesa capitalista, divergente dos fundamentos e da realidade das populações tradicionais camponesas.

Nesses países, ao começar a Independência, principalmente aqueles que foram demográfica e territorialmente extensos em princípios do século XIX, aproximadamente um pouco mais de 90% do total da população era de negros, índios e mestiços. Contudo, em todos estes países, durante o processo de organização dos novos Estados, a tais raças foi negada toda possível participação nas decisões sobre a organização social e política. A pequena minoria branca que assumiu o controle desses Estados viu-se inclusive com a vantagem de estar livre das restrições da legislação da Coroa Espanhola, que se dirigiam formalmente à proteção das raças colonizadas. A partir daí chegaram inclusive a impor novos tributos coloniais aos índios, sem prejuízo de manter a escravidão dos negros por muitas décadas. Claro que esta minoria dominante se encontrava agora livre para expandir sua propriedade da terra às custas [sic] dos territórios reservados aos índios pela regulamentação da Coroa Espanhola. No caso do Brasil, os

negros não eram nada além de escravos e a maioria dos índios constituía-se de povos da Amazônia, sendo desta maneira estrangeiros para o novo Estado. Esses novos Estados não poderiam ser considerados de modo algum como nacionais, salvo que se admita que essa exígua minoria de colonizadores no controle fosse genuinamente representante do conjunto da população colonizada. As respectivas sociedades, baseadas na dominação colonial de índios, negros e mestiços, não poderiam tampouco ser consideradas nacionais, e muito menos democráticas. Isto coloca uma situação aparentemente paradoxal: Estados independentes e sociedades coloniais. O paradoxo é somente parcial ou superficial, se observarmos com mais cuidado os interesses sociais dos grupos dominantes daquelas sociedades coloniais e de seus Estados independentes (QUIJANO, 2005, p. 122).

Quijano (2005) ressalta a questão das desigualdades sociais na América Latina relacionada às raças, baseada no eurocentrismo e na superioridade do povo "branco". Dessa maneira, é inviável a possibilidade da constituição de um estado nacional e muito menos de uma identidade nacional dessas raças consideradas – sem direitos, sem almas e selvagens que deveriam evoluir enquanto homens e mulheres. Nessa conjuntura é negada aos povos latino-americanos a construção de uma sociedade igualitária e democrática.

Na medida em que ocorreu no Brasil, mais significativamente a partir da década de 1970, a modernização conservadora da agricultura manteve os latifúndios respaldados pelo projeto desenvolvimentista. Em contrapartida também houve o avanço dos processos de luta por terra protagonizados pelos bispos da Igreja Católica que decidiram organizar o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em 1973 e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975 e pelos líderes sindicais e camponeses, com a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em 1984, e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em 1990 entre outros movimentos sociais, enfatizando o direito à terra e o uso dos territórios por esses sujeitos.

Toledo (2016) pontua que os conhecimentos dos povos latino-americanos trazem respostas à busca por modos de vida menos degradantes da natureza. Esse reconhecimento faz parte do processo de descolonização da mente. Contrário, portanto, aos métodos difundidos pela educação positivista ocidental, que negam qualquer conhecimento não baseado nos princípios da racionalidade científica cartesiana.

Ao olharmos para os saberes-fazeres ancestrais, podemos compreender as relações existentes entre os povos que os detêm e a natureza. Nesse processo, são levados em consideração a percepção, a criatividade e a sensibilidade para lidar com as mais diversas condições fisiográficas. Outra questão a ser levantada é que esses saberes não são estanques, já que eles vão se transformando e aperfeiçoando com o tempo. As inovações vão surgindo de acordo com cada realidade socioterritorial e podem decorrer da elaboração de formas para captar água, do consórcio entre várias espécies vegetais, da criação de

animais soltos, da utilização de fertilizantes naturais, do cultivo de sementes crioulas ancestrais, da utilização de plantas medicinais.

Ao estudarmos o processo de territorialização da agroecologia nos brejos de altitude do estado de Pernambuco, algo que chamou atenção foi o uso de tecnologias apropriadas para o armazenamento de água. Na região do agreste central, município de Gravatá (PE) encontramos pelo menos dez unidades familiares camponesas que se utilizam de tecnologias sociais para armazenamento de água como a construção de barreiros em seus terrenos (pequena contenção para captação de água da chuva), cacimbas (um buraco cavado no solo até se encontrar o olho d'água) e bicas (uma queda d'água natural ou artificial advinda de uma telha, pedra, cano, mangueira ou outro meio) para coletar a água advinda das chuvas ou das fontes do rio Amaraji.

Entre os territórios camponeses visitados (**Figura 1** na página seguinte) oito (D. Lurdes; Sr. Valdo Preto; Sr. Valdo Branco; Sr. Amaro Antão; D. Lurdes e Sr. Manoel; D. Dida; Sr. Balinho) estão localizados no Acampamento São Severino, criado em 1996 por camponeses organizados em movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

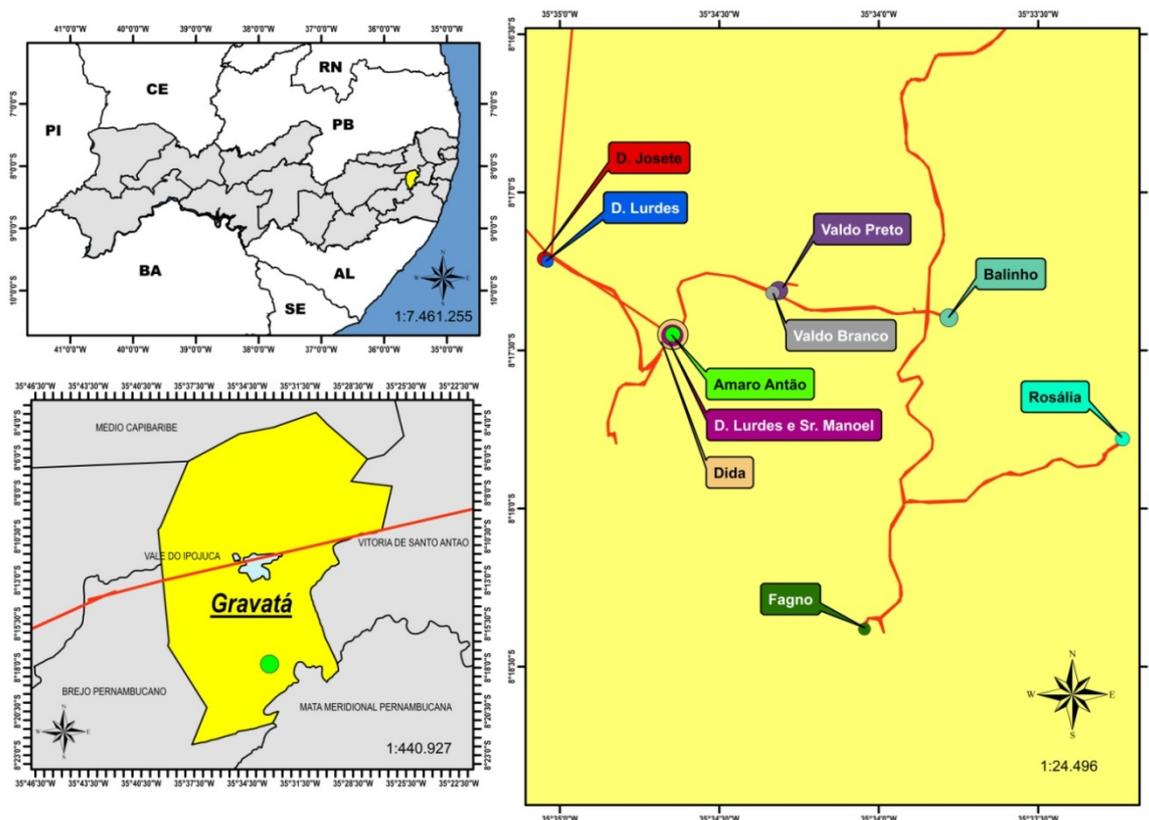
O território camponês de D. Rosália está localizado no Assentamento Várzea Grande, criado também em 1996, e o do Sr. Fagno localiza-se no Assentamento Perseverança, instituído em 1995. Tanto o Acampamento São Severino como os Assentamentos Várzea Grande e Perseverança participam de programas sociais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esses territórios estão sendo gestados pelos camponeses vinculados ao MST e às associações como a Associação das Famílias Agroecológicas do Distrito de São Severino e seus Arredores (AMA TERRA). Esta se desdobrou da Associação dos Amigos do Meio Ambiente de Gravatá (AMA GRAVATÁ), primeira associação do município que incentivou a produção de alimentos agroecológicos, surgida em 1997.

As comunidades muitas vezes se utilizam de programas sociais e/ou da prática de ajuda mútua para a compra do material e o desenvolvimento das tecnologias sociais em seus territórios. No processo da construção dos barreiros, das cacimbas e das bicas na área estudada foi empregado o trabalho familiar e coletivo. Através da reunião de famílias vizinha, parentes e compadres se trocam conhecimentos dentre da própria comunidade ou entre comunidades vizinhas para a construção do equipamento.

Com relação à água coletada, esta tem por finalidade acumular água para cozinhar e beber, tomar banho, lavar louças, roupas entre outros. A água coletada também é utilizada para irrigar os cultivos. Isso demonstra uma preocupação da comunidade com manutenção da água nas unidades produtivas, um ganho de tempo para a família, já que não terá que ir muito distante buscar água, e um melhor manejo da terra. O acesso à água também tornou

a maioria desses camponeses independente da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA).

Figura 1: Territórios Camponeses Agroecológicos em Gravatá, Pernambuco.



Fonte: IBGE, Área territorial oficial. Consulta por Unidade da Federação. Rio de Janeiro: IBGE [2009]. Coordenadas Geográficas coletadas in loco por GPS. ArcGIS 9.3. Organizado por: Girlan Cândido e Izabela Gomes (2015).

Observamos que a opção por utilizar uma ou outra tecnologia social depende de cada camponês, que escolhe o equipamento mais adequado de armazenar água para cada território. O fato é que, assim como no semiárido nordestino (AZEVEDO, 2015), com o resgate e territorialização de tecnologias de armazenamento de água e sua introdução nas unidades produtivas houve uma mudança significativa no cotidiano de trabalho e produção das famílias camponesas que estão optando pelo agroecologia como um caminho para uma certa autonomia hídrica e soberania alimentar no agreste pernambucano.

Gomes da Silva (2015) destaca que as experiências de armazenamento de água, trazem visibilidade à contraposição existente entre as ideias e práticas camponesas e a lógica produtiva capitalista. Esta última associa a agricultura à monotonia e à alienação, não estimulando os processos criativos, de construção do conhecimento, de interação e percepção sociedade-natureza.

Em antítese, a agricultura camponesa constrói territórios regidos por modos de vida não hegemônicos, partindo da multidimensionalidade territorial ao considerar várias facetas que os sujeitos poderão concretizar no território. Como a capacidade autogestionária, as relações de parentesco ampliado, o trabalho acessório e comunitário existentes nas comunidades camponesas. Dessa forma, muitos camponeses se utilizam de programas sociais advindos do estado, como suporte à resistência de seus modos de vida nos territórios.

Contudo, a partir do reconhecimento da sabedoria popular tradicional enquanto agente transformador social, indicamos seu potencial para atingirmos a soberania alimentar, a conservação da diversidade ecológica/sociocultural e a autonomia. Sem embargo, ao ressaltar o papel político exercido pela Agroecologia, Luzzi (2007) aponta os anseios dos povos camponeses para se estabelecerem nos territórios, a partir da agricultura agroecológica.

O tema agroecologia, ao ser incorporado e interpretado pelas organizações e movimentos sociais, promove ao mesmo tempo uma mudança profunda nas formas de produção, comparativamente ao modelo hegemônico de desenvolvimento, e propõe-se a mudanças mais substanciais nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais da produção. A agroecologia, mais que uma transformação técnica, se constitui numa proposta de transformação política (LUZZI, 2007, p. 5).

Assim sendo, as transformações técnicas por si sós não bastam. Considerando a complexidade do campo brasileiro, é necessário adotar medidas mais consistentes que a simples substituição de insumos químicos por biológicos, medidas essas que permitam a manutenção do campesinato em seus territórios e fortaleçam as experiências agroecológicas.

No Brasil, são as organizações não-governamentais (ONGs) que trabalham com ênfase em metodologias participativas para o campesinato, as quais inicialmente desempenham o papel de divulgação e disseminação da Agroecologia no campo, fomentando o movimento agroecológico, ao incentivar as famílias de agricultores a manejarem a terra agroecologicamente através de um suporte técnico-educacional.

Algumas dessas ONGs têm como objetivo dar suporte aos agricultores que praticam a agricultura agroecológica. No estado de Pernambuco, esse tipo de trabalho vem sendo desenvolvido através da ação de ONGs como o Centro de Desenvolvimento Agroecológico SABIÁ (SABIÁ), o Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Como também por intermédio dos projetos: Tecnologia Apropriada da FASE (TA), Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAC) e Boletim Dois Dedos de Prosa.

Segundo Silva (2011), o projeto TA do Centro Josué de Castro (hoje Centro Sabiá) e o Centro de Tecnologia Alternativa de Ouricuri (CTA) foram pioneiros na organização das redes locais e participaram, como membros ativos e dinâmicos, na formação da Rede de Tecnologia Alternativa (PTA) no Nordeste. O Boletim Dois Dedos de Prosa auxiliou, por sua vez, no processo de divulgação das experiências agroecológicas de Pernambuco, dando visibilidade ao que era ocultado pelos meios de comunicação de massa.

Pontuamos o Centro Sabiá como um influente agente no processo de disseminação e fortalecimento das experiências agroecológicas em Pernambuco, desde os processos de assistência técnica até os de comercialização da produção agroecológica em feiras, pois o Centro Sabiá no dia 12 de outubro de 1997, em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação, promoveu uma exposição de alimentos agroecológicos na cidade do Recife-PE. Essa exposição foi um dos passos mais importantes para a construção da primeira Feira Agroecológica de Recife, localizada no Bairro das Graças, resultado das discussões sobre comercialização, que já aconteciam no âmbito do Centro Sabiá com os camponeses, e da avaliação das iniciativas realizadas no interior de Pernambuco.

E assim ocorreram várias mobilizações sociais (luta pela terra/território, soberania alimentar, democratização das mídias, equidade social/racial/gênero, circuitos curtos de produção e autonomia), que deram corpo ao movimento agroecológico na América Latina, partindo dos processos de unificação das lutas propostos pela Via Campesina.

A Via Campesina é uma organização internacional de camponeses composta por movimentos sociais e organizações de todo o mundo, que articula os processos de mobilização social dos povos do campo em nível internacional. Alguns de seus objetivos são a conquista por território, autonomia e soberania alimentar, além da aniquilação dos agrotóxicos. Propondo assim uma Reforma Agrária Popular com Agroecologia e enfoque territorial, que será conquistada através da luta de classes, do enfrentamento ao projeto do capital e seus meios de comunicação.

Assim para entendermos esse processo em que a luta em movimento constrói e transforma o seu próprio espaço por meio de seu multidimensionamento, ou seja, os espaços comunicativo, interativo e de luta e resistência, é fundamental considerar os fatores ou determinantes objetivos e subjetivos. Nessa avaliação do espaço social, os trabalhadores em luta praticam o exercício da cidadania, elaborado por meio da construção do conhecimento e de sua própria identidade (FERNANDES, 1996, p. 226-227.)

Fernandes (1996) destaca o papel importante dos espaços de comunicação e interação, assim como o próprio espaço de luta, enquanto elementos fundamentais na consolidação da territorialização das lutas pela terra e pela reforma agrária. Ratificando então a multiplicidade e multidimensionalidade dos territórios camponeses conquistados

frente o desenvolvimento do capital sobre o campo. Essa conquista remete à formação e organização dos movimentos sociais.

Nesse âmbito segundo a abordagem de Peter Rosset (2017) os ingredientes para a territorialização da Agroecologia são: Organização e tecido-social organizativo; Protagonismo camponês; Discurso motivador e mobilizador; Intercâmbio e diálogo de saberes; Iniciativa das mulheres; Criatividade e energia da juventude; Construção intencionada de processos territoriais, com metodologia social; Canais de mercados diferenciados; Políticas públicas horizontais; Processos de formação (retroalimentam a todos anteriores).

Então pontuamos que o protagonismo camponês desencadeia os processos de valorização e resgate de saberes, as estratégias de convencimento, a inovação e socialização das práticas e dos conhecimentos. Auxiliando na luta por autonomia e soberania alimentar, que serão materializadas nos territórios camponeses diante à territorialização do capital no campo.

Nesse contexto, *“A Agroecologia sem a perspectiva da soberania alimentar é tecnicismo, enquanto a soberania alimentar sem Agroecologia não pode ser conquistada”* (Camponesa Coreana, informação oral, VII Conferência Internacional da Via Campesina, Derio, País Basco, julho de 2017). A camponesa deixa clara a relação intrínseca entre Território Camponês-Agroecologia-Soberania Alimentar, a partir dessa tríade é aspirada a construção de uma sociedade mais justa socialmente e ecologicamente, baseada no diálogo entre os povos, na multiplicidade das cosmovisões, na autonomia, na diversidade ecológica/sócio-cultural e no direito ao território.

3. Considerações finais

A América Latina se constitui num projeto civilizado, na dimensão da extensão do Ocidente. Esse prospecto é colocado em prática desde o século XVI até os dias atuais e baseia-se, segundo Mignolo (2003), na expansão territorial, na organização de sistemas reguladores do trabalho (escravidão, divisão internacional do trabalho) e na estruturação de um forte aparelho estatal.

Assim, ao longo dos séculos do sistema mundial colonial/moderno, foram estabelecidos padrões econômicos, socioculturais, políticos e epistemológicos, os quais os povos americanos teriam que atingir para tornarem-se "civilizados" e "desenvolvidos". Nesse processo, muitos saberes-fazeres tradicionais foram extintos e subalternizados em prol de alcançar o hegemônico desenvolvimento, proposto pelos estados latino-americanos. Contudo vale ressaltarmos que um dos grandes problemas desse desenvolvimento é a sua

complacência com a lógica capitalista, não rompendo assim com qualquer questão referente ao cerne estrutural do capitalismo.

Entretanto a Agroecologia surge como resistência a essa lógica depreciativa, trazendo a esperança da construção de uma sociedade mais igualitária e um mundo menos poluído, onde todos os seres e componentes da natureza sejam respeitados.

Para conseguirmos essa melhora é preciso abandonar o racionalismo universal e considerar as lutas sociais por mais autonomia, pelo direito à terra, por uma alimentação saudável e adequada, pela equidade social/racial e de gênero, enfim pela soberania alimentar. A construção dessa sociedade não pode estar vinculada às políticas verticalizadas e à sobreposição de conhecimentos. Nesse contexto, pontuamos o papel da Agroecologia como movimento de transformação social e epistemológica.

4. Referências

ALMEIDA, J. Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura— Ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 33-55.

ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. **Carta política do II Encontro Nacional de Agroecologia**, Recife-PE: ANA, 06 de junho de 2006.

AZEVEDO, A. C. de. Verso e reverso das políticas públicas de água para o semiárido brasileiro. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, julho/dezembro 2015, p. 373 – 392. Disponível em: <http://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/Verso-e-Reverso-das-Politicas-Publicas-de-Agua-para-o-Semiarido-Brasileiro.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2018.

BARTELT, D. **Sertão, república e nação**; tradução de Johannes Kretschmer; Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62, jan./dez. 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988/10662>. Acesso em: 10 abr. 2014.

BRASIL. **Decreto Nº 7.794 de 20 de agosto de 2012**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília-DF, 20 ago. 2012.

BRITO, A. C. R. **Transformações territoriais no Cariri cearense: o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e o contexto de conflitos no Baixo das Palmeiras em Crato-CE**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2016, 308 p.

CARDOSO, I. 2015 e depois. Qual agricultura? **Revista Esquerda Petista**, Editora: Página 13, São Paulo-SP, nº 03, janeiro de 2015, p.52-55. Disponível em: <https://www.pagina13.org.br/revista-esquerda-petista/>. Acesso em: 15 jan. 2018.

CHECHI, L. A. Iniciativas do Estado e da Articulação Nacional de Agroecologia na construção da PNAPO e das PLANAPOS. *Extensão Rural*, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.24, n.4, out./dez. 2017, p. 48-64. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/28944>. Acesso em: 07 mai. 2018.

CIAPO – CÂMARA INTERMINISTERIAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA. **Brasil agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo)**. Brasília: MDA/CIAPO, 2013.

COCA, E.L. de Freitas. 20 anos de proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. **Revista NERA**. Ano 19, n. 32 – edição especial, 2016, p.14-33. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4789/3486>. Acesso em: 06 nov. 2017.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003 In: Luciana Jaccoud; Frederico Barbosa da Silva et al. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo** – Brasília: IPEA, 2005, p. 51-90.

DUSSEL, E. **1492 El encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad**, Plural editores – Centro de información para el Desarrollo – CID, Colección Academia – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Universidad Mayor de San Andrés, La Paz, Bolivia, 1994.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo**. Santafé de Bogotá: Norma, 1998.

FERNANDES, B. M. **MST: Formação e territorialização**. 1ª ed. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. Território Camponês. In: CALDART. R.S.; PEREIRA. I. B.; ALENTEJANO. P.; FRIGOTTO. G.; (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**.– Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 744 – 747 p.

GOMES DA SILVA, I. C. **Estratégias camponesas e as práticas agroecológicas nos territórios dos brejos de altitude, Gravatá – PE**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia: Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. 140 p.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

HECHT, S. **A evolução do pensamento agroecológico**, Guaíba: Agropecuária, 2002.

JALIL, L. M. **Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro**, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2009. 198 p.

KHATOUNIAN, C. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Ed. Agroecológica, 2001.

KUSCH, R. **América profunda**. Buenos Aires: Hachette, Argentina, 1963.

LIMA, A. E. F. **A geografia da segurança alimentar e nutricional no Ceará-Brasil: um estudo sobre o programa de aquisição de alimentos (PAA)**, Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. 188 p.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. 182 p.

MENDES, J. F. A. Estratégias de etnodesenvolvimento através da agricultura: uma análise das ações de assistência técnica e extensão rural na comunidade remanescente de Quilombo de Monte Alegre, Cachoeiro de Itapemirim (ES). **Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro**, v. 4, n. 1, janeiro/junho 2017, p. 169 a 187. Disponível em: <http://www.revistappr.com.br/conteudo.php?m=MjU2&l=tx>. Acesso em: 04 mai. 2018.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**; Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. **Programa de ação econômica do governo: 1964-1966**, Governo Federal do Brasil. Editora: EPEA, 1964.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Controle social na venda direta ao consumidor de produtos orgânicos sem certificação**. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, Governo Federal do Brasil, 1ª edição. Esplanada dos Ministérios, Brasília – Mapa/ACS, 2008.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente, 2006, p. 438.

PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. **Rincões transformadores: trajetórias e desafios do movimento agroecológico brasileiro: uma perspectiva a partir da Rede PTA** (versão provisória). Rio de Janeiro, 2004, 53 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia da Riqueza, Fome e Meio Ambiente: Pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**. PPGICH – UFSC, 2004, p. 01-55. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604/10751>. Acesso: 20 jan. 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latinoamericanas CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Julio de 2005, p.107-128.

ROSSET, P. A territorialização da Agroecologia na disputa de projetos, e os desafios para as escolas do campo. In: RIBEIRO et al. (org.). **Agroecologia na educação básica**:

questões propositivas de conteúdo e metodologia. 1ª ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2017, 136 f. 83-92 p.

SILVA, A. D. da. Da tecnologia alternativa à Agroecologia: a contribuição das organizações populares de Pernambuco para a mobilização e ação em redes, In: TAVARES DE LIMA, J. R. et al. (Org.). **Agroecologia e movimentos sociais.** Recife: Bagaço, 2011, p.39-68.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TOLEDO, V. A agroecologia é uma revolução epistemológica. **Revista Agriculturas**, v. 13, n. I, março 2016, p. 42-45. Disponível em: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2016/06/V13N1_Artigo-7-Entrevista-Victor-MToledo.pdf. Acesso: 03 mai. 2016.